

**CONTRATO Nº 027/CEGÁS/2020.**

**ORIUENDO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 20190007/CEGÁS – REGIDO PELA LEI Nº 13.303/2016  
PROCESSO VIPROC Nº 05084142/2019.**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS E (O)A  
EMPRESA AUDIMEC AUDITORES INDEPENDENTES  
S/S - EPP., ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM  
QUE NELE SE DECLARA.**

**A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS** situada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, CEP.: 60.830-005, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Fábio Augusto Norcio**, brasileiro, casado, administrador, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade de nº 1570685-0 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 757.956.809-82, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e o Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de Identidade de nº.628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 074.179.208-70, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e a empresa **AUDIMEC AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP**, com sede no(a) Av. Governador Agamenon Magalhães nº 2615, sala 1503, Ed. Emp. Burlemarx, bairro Boa Vista, CEP: 50.050-290, Recife/PE, Fone: (81) 3338.3525 / (81) 99291.3134, inscrita no CNPJ sob o nº 11.254.307/0001-35, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelos(as) Sócio Sênior **Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1.712.239 SSP/PE, e do CPF nº 193.602.664-34, residente e domiciliada(o) na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Rua Alfredo de Medeiros nº 130, aptº. 1103, Bairro do Espinheiro, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO**

1.1. O presente Contrato tem como fundamento a Lei nº 13.303/2016, o Edital de Licitação nº 20190007/CEGÁS, e seus anexos, devidamente homologado pelo Sr. Diretor-Presidente da CEGÁS, a proposta da Contratada, tudo parte integrante deste termo, independentemente de transcrição.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto deste Termo a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE, DE ACORDO COM AS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS DO INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL – IBRACON, E DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, A SEREM REALIZADOS NOS 1º, 2º, 3º E 4º TRIMESTRES DOS ANOS DE 2020, 2021 E 2022, devidamente especificados no ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, em regime de Empreitada por Preço Global.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS**

3.1. O valor global deste Contrato é de R\$ 114.600,00 (cento e quatorze mil e seiscentos reais), a ser pago com recursos oriundos da CEGÁS.

3.2. No preço estabelecido nesta Cláusula estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, impostos e demais despesas necessárias à execução do objeto deste Contrato.

3.3. Os recursos financeiros necessários aos pagamentos do objeto deste Contrato estão devidamente equacionados e assegurados especificamente no orçamento da CEGÁS, com Dotação Orçamentária descrita no processo licitatório.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES DO CONTRATO

4.1. Os serviços objeto deste Contrato deverão ser executados e concluídos dentro do prazo de **40 (quarenta) meses**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço ou outro documento hábil, após publicação do extrato do contrato em Diário Oficial, na forma do **art. 51**, § 2º da Lei Federal nº 13.303/2016.

4.2. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 71 da Lei Federal 13.303/2016.

4.3. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no **art. 81** da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos **arts. 83, 84 e 85** do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CEGÁS**.

4.4. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do **art. 71** da Lei Federal nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

5.1. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Após os 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação do Índice IPCA, ou no caso de sua extinção por outro índice avençado pelas partes.

5.1.1. No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

$$R = V \left[ \frac{I - I_0}{I_0} \right], \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado.

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados.

I<sub>0</sub> = Índice inicial – correspondente ao mês da entrega da proposta.

I = Índice final – correspondente ao mês de aniversário anual da proposta

5.1.2. O FATOR deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

5.2. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês após a data-limite da apresentação da proposta de preços, sendo que o seu valor percentual (calculado com a aplicação da fórmula acima) se manterá fixo por 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.

5.3. A data base de referência da proposta de preços será o mês de apresentação da proposta de preços, e os possíveis reajustes, calculados a partir deste.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Para a Auditoria dos Exercícios de 2020, 2021 e 2022 os pagamentos serão feitos em 4 parcelas a cada ano, da seguinte forma: 25% do valor total previsto para o ano, após a emissão de cada relatório de auditoria do 1º ao 3º trimestre na primeira quinta-feira após 15 (quinze) dias do recebimento da fatura no protocolo da CEGÁS. O pagamento da última parcela correspondente a 25% do valor total previsto para o ano, ocorrerá após a entrega do relatório de auditoria referente ao 4º trimestre, na primeira quinta-feira após 15 (quinze) dias do recebimento da fatura no protocolo da CEGÁS, juntamente com o parecer final, que deverá ser emitido obrigatoriamente, até o dia 10 do mês de março do ano subsequente ao exercício social auditado.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções ou seja entregue sem a apresentação dos documentos relacionados no subitem 6.5.1., será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.4.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

#### **6.5. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:**

6.5.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.7. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

7.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Assessora da Presidência Francisca Maria Maia, como Gerente do Contrato e pelo(a) Coordenador de Riscos e Compliance Vanessa Sousa da Silva Ramos, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para este fim pela contratante, nos termos do § 1º, art. 100 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

8.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do respectivo instrumento, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 70, da Lei Federal nº. 13.303/2016.

8.1.1. Na garantia para a execução do Contrato deverá estar expresso seu prazo de validade que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias após o final do prazo de vigência do contrato.

8.1.2. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 8.1.

8.1.3. Na ocorrência de prorrogação de prazo contratual, deverá ser prestada garantia para cobertura do novo prazo contratual, nos termos previstos no subitem 8.1.1.

8.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

8.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia.

8.3.1. O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

8.3.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia, previstas no art. 70 da Lei nº 13.303/2016, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.

8.4. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. Executar o objeto contratado, de acordo com as descrições previstas no ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA.

9.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CEGÁS, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CEGÁS proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual

9.3.1. Para cumprimento do previsto neste subitem, será concedido o prazo de 10 (dez) dias, contado da notificação.

9.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual, não transferindo a responsabilidade à CEGÁS para nenhum fim de direito.

9.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CEGÁS, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.6. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

9.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CEGÁS.

9.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos à segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

9.9. Respeitar a legislação relativa à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental e outros, conforme § 1º do art. 32 da Lei 13.303/2016.

9.10. Cumprir fielmente o estipulado no TERMO DE REFERÊNCIA e futuro Contrato, devendo observar todas as orientações da CEGÁS, em especial:

9.11. Cumprir fielmente o Contrato de modo que o serviço se realize com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

9.12. Comunicar à CEGÁS a conclusão dos produtos de cada Ordem de Serviço, observando os prazos ali estabelecidos e no respectivo cronograma, quando houver.

9.13. Indenizar a CEGÁS nos casos de danos, prejuízos, avaria ou subtração de seus bens ou valores, bem como por acesso e uso indevido a informações sigilosas ou de uso restrito, quando tais atos forem praticados por quem tenha sido alocado à execução do objeto do contrato.

9.14. Todos e quaisquer produtos a serem desenvolvidos pela CONTRATADA serão de propriedade da CEGÁS, incluindo arquivos em meio magnético e/ou óptico, código fonte, códigos executáveis, documentação e outros produtos gerados no contexto dos serviços descritos no Termo de Referência.

9.15. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços. Todavia, a CEGÁS reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

9.16. Refazer, sem ônus para a CEGÁS, dentro do prazo estabelecido, os serviços prestados que apresentem defeitos, erros, danos, falhas e/ou quaisquer outras irregularidades apontadas pela fiscalização do Contrato.

9.17. Não divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, da CEGÁS, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

9.18. Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os profissionais que irão compor a equipe de auditoria, necessária para à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe os pagamentos de salários e arcar com as demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, assistência médica e quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora.

9.18.1. A equipe de auditoria deverá ser composta por um coordenador geral (Diretor ou Sócio) e por pelo menos 03 profissionais, obedecidas às exigências abaixo:

9.18.1.1. Gerente: com experiência dentro da sua formação, em assessoramento contábil, em diagnósticos de serviços similares aos solicitados no ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA.

9.18.1.2. Profissionais: com experiência dentro das suas formações, em assessoramento contábil e financeiro, em diagnósticos de serviços similares aos solicitados no ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA.

9.18.2. As experiências desses profissionais deverão ser comprovadas no prazo de **10 (dez) dias** contados da data da assinatura do contrato, através de seus currículos e respectivos atestados emitidos pelos órgãos competentes, acompanhados do Compromisso firmado pela CONTRATADA assegurando que os profissionais por ela indicados para compor a sua Equipe Técnica participarão dos serviços objeto desta licitação, conforme o **ANEXO K – MODELO DE RELAÇÃO DA EQUIPE**



**TÉCNICA COM COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO.** Em não havendo comprovação satisfatória neste momento, caberá à CONTRATADA a imediata apresentação de profissional equivalente em termos de experiência e das exigências originais do processo licitatório.

9.18.3. Os profissionais somente poderão ser substituídos mediante autorização da CEGÁS, após análise da documentação do possível substituto pelo gerente do contrato, onde a pontuação deverá permanecer igual ou superior à da proposta apresentada pela empresa durante o processo licitatório.

9.18.4. Garantir, através da apresentação de cópia da carteira de trabalho, contrato de prestação temporária de serviço ou contrato social ou outro documento que o substitua, o vínculo com a empresa CONTRATADA, dos profissionais que executarão as auditorias. A apresentação destes documentos deverá ocorrer sempre no início de cada período a ser auditado ou no momento da substituição de qualquer integrante.

9.19. Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser propostas por terceiros, contra a CEGÁS, procedentes da prestação dos serviços objeto do contrato.

9.20. Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham porventura ocasionar à CEGÁS, ou a terceiros, durante a execução dos serviços, podendo a CEGÁS descontar o valor correspondente ao dano dos pagamentos devidos.

9.21. Substituir, tão logo seja notificada, o integrante da equipe que fora afastado por qualquer que seja o motivo, incluindo conduta inconveniente ou por licença médica, licença paternidade ou maternidade, falta, férias ou equivalente.

9.22. Manter os empregados, durante o horário de prestação do serviço, quando nas dependências da CEGÁS, devidamente identificados mediante uso permanente de crachá.

9.23. Cumprir e fazer cumprir por seus empregados as normas e regulamentos disciplinares da CEGÁS.

9.24. Providenciar, em tempo hábil, a correção das deficiências apontadas pela CEGÁS quanto à execução dos serviços contratados.

9.25. Participar, quando convocada, das reuniões da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal da CEGÁS.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. A CEGÁS deverá assumir as seguintes obrigações:

10.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento da execução dos serviços.

10.1.2. Notificar a CONTRATADA relativamente a qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.

10.1.3. Acompanhar e fiscalizar, por meio de servidor especialmente designado para esse fim, a execução dos serviços contratados, podendo em decorrência de falhas porventura observadas, solicitar à contratada, providências visando as correções necessárias, que atenderá ou justificará de imediato.

10.1.4. Aplicar as penalidades previstas na Lei nº 13.303/2016 Edital e no Contrato na hipótese de a contratada não cumprir no todo ou em parte o Contrato, arcando a referida contratada com quaisquer prejuízos que tal ato venha acarretar à CEGÁS.

10.1.5. Emitir atestados de capacidade técnica quando solicitados.

- 10.1.6. Zelar pela pontualidade dos pagamentos decorrentes da prestação dos serviços.
- 10.1.7. Promover os pagamentos nos prazos estabelecidos no contrato.
- 10.2. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Serviços.
- 10.3. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 13.303/2016.
- 10.4. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- 10.5. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 10.6. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.
- 10.7. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

### **11.1. Quanto à execução:**

11.1.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

### **11.2. Datas de entrega:**

- a) de revisão trimestral da contabilidade, revisão lucro real, PIS e COFINS (40 dias após o término do trimestre);
- b) relatório formal de auditoria anuais das DF's (até 28/02 do ano subsequente);
- c) relatório dos controles internos operacionais, financeiros e administrativos, incluindo sistemas informatizados (40 dias após o término do trimestre);
- d) revisão da ECD sugestão (até 20/05 do ano subsequente);
- e) revisão da ECF sugestão (até 15/07 do ano subsequente).

### **11.3. Quanto ao recebimento:**

11.3.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

11.3.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade, observando o disposto no art. 76, da Lei nº 13.303/2016.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA MATRIZ DE RISCOS**

12.1. Entre outros eventos identificados no caso concreto, a CONTRATADA suportará os efeitos econômicos e financeiros dos seguintes eventos:

I – Atraso ou lentidão na execução dos serviços contratados.

II – Greve dos empregados da CONTRATADA.

12.1.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no subitem 12.1 deste Contrato, a CONTRATADA no prazo de 2 (dois) dias úteis, deverá informar à CEGÁS sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência, bem como um relatório dos fatos, anexando as evidências.

b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver.

c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem.

d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,

e) Outras informações relevantes.

12.1.2. Após a notificação, a CEGÁS decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA. Em sua decisão a CEGÁS poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

12.1.3. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas no presente contrato.

12.1.4. O reconhecimento pela CEGÁS dos eventos descritos no subitem 12.1. deste Contrato, que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

12.2. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 2 (dois) dias úteis, contados da data da ocorrência do evento.

12.2.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

12.2.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

12.2.3. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro deste CONTRATO.

12.2.4. ESTE CONTRATO poderá ser rescindido unilateralmente, quando comprovado que todas as medidas para sanar os danos foram tomadas, e, mesmo assim a manutenção deste CONTRATO se torne impossível ou inviável nas condições existentes/ou excessivamente onerosa.

12.2.5. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

12.2.6. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardatárias ou impeditivas da execução deste CONTRATO, não previstos nesta Matriz, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, as seguintes penalidades:



#### 13.1.1. Advertência.

#### 13.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia.

b) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente e rescisão contratual, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada apenas a multa.

c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;

d) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento), em caso de reincidência;

e) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CEGÁS.

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

13.2. A multa a que porventura a contratada der causa será descontada da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução do contrato, reservando-se a CEGÁS o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

13.2.1. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a contratada recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome da CEGÁS. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução, ou outro meio adequado à liquidação do débito.

13.2.2. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade previsto no capítulo VIII – Das Sanções Administrativas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS

13.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes nas hipóteses abaixo, será causa para sua rescisão, conforme disposto no art. 135 e seguintes, do Regulamento interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

I - o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a concluir pela impossibilidade do serviço, no prazo estipulado;

III - o atraso injustificado no início do serviço;

IV - a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

V - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não comunicadas e aceitas pela CONTRATANTE;

VI - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 2º do art. 100 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS;

VIII - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

IX - a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;

X - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste contrato;

XI - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;

XII - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes do serviço, ou parcelas destes, já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XIII - a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local para o serviço, nos prazos contratuais;

XIV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.

14.2. A rescisão deste contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, podendo ser:

I - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

II - judicial, nos termos da legislação;

III – por interesse da administração, mediante justificativa exarada pelo Diretoria Executiva da CONTRATANTE.

14.2.1. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XI a XIV do subitem anterior, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta terá direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução deste contrato até a data da rescisão;

14.3. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação deste contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo, observada a alteração da vigência contratual, quando necessária.

14.4. A rescisão deste contrato, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e neste contrato, permite à CONTRATANTE:

I - executar a garantia contratual, para eventuais ressarcimentos, bem como para o adimplemento de multas e indenizações porventura devidas pela CONTRATADA;

II - reter créditos decorrentes deste contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;

14.4.1. Conforme disposto no parágrafo único do art. 137 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS, independentemente de culpa da CONTRATADA, a rescisão deste contrato possibilita à CONTRATANTE assumir imediatamente o objeto da contratação, no estado e local em que se encontrar, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da comarca de Fortaleza - CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Fortaleza/CE, de de 2020

HUGO SANTANA DE  
FIGUEIREDO  
JUNIOR:07417920870

Assinado de forma digital por  
HUGO SANTANA DE FIGUEIREDO  
JUNIOR:07417920870  
Dados: 2020.06.03 11:25:44 -03'00'

**HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR**

Diretor Presidente  
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

FABIO AUGUSTO  
NORCIO:7579568  
0982

Assinado de forma digital por  
FABIO AUGUSTO  
NORCIO:75795680982  
Dados: 2020.06.03 11:15:04  
-03'00'

**FÁBIO AUGUSTO NORCIO**

Diretor Administrativo e Financeiro  
Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS



**LUCIANO GONÇALVES DE MEDEIROS PEREIRA**

Sócio Sênior  
Audimec Auditores Independentes S/S - EPP

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_